

O Brasil e as mudanças na Meta

Momentum - Journalism and Tech Task Force

Daniel Buarque

A Meta, empresa de Mark Zuckerberg, dona do Facebook, do Instagram e do Whatsapp, anunciou no início de janeiro uma mudança na forma como lida com a checagem de fatos e a desinformação nas redes.

Em um posicionamento alinhado ao novo governo dos Estados Unidos sob Donald Trump, Zuckerberg disse que iria pressionar países que buscam regular o ambiente digital. “Vamos trabalhar com o presidente Trump para pressionar os governos ao redor do mundo que estão perseguindo empresas americanas e pressionando para censurar mais”, afirmou. Segundo ele, a Europa está “institucionalizando a censura”.

No que foi interpretado como uma indireta ao Brasil, disse ainda que países latino-americanos têm “tribunais secretos que podem ordenar que empresas retirem coisas discretamente”.

O anúncio levou a uma série de reações no Brasil, com posicionamentos críticos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e de entidades do país. A postura do Brasil tem sido de exigir transparência e responsabilidade das plataformas, destacando a importância de legislações que protejam as democracias contra o abuso de poder das Big Techs.

Desde então, a Advocacia Geral da União solicitou à Meta esclarecimentos formais sobre as mudanças implementadas, destacando preocupações com possíveis violações à legislação brasileira. Essa ação expressa a preocupação do governo com a garantia da proteção dos direitos fundamentais no ambiente digital.

Além disso, o governo anunciou a organização de audiências públicas, em um esforço para envolver especialistas, organizações da sociedade civil e a população em debates transparentes sobre regulação digital. Essas discussões buscam identificar soluções eficazes para os desafios apresentados pelas novas diretrizes da Meta.

O Brasil vem intensificando colaborações com países do G20 (particularmente França e Alemanha), além de organizações como a ONU, para estabelecer parâmetros globais de regulação das plataformas digitais. Essa ação reflete uma compreensão da natureza transnacional das Big Techs e a necessidade de uma resposta coordenada.

Este caso enfatiza a urgência de desenvolver um modelo regulatório que harmonize inovação tecnológica e proteção de direitos. As controvérsias entre a Meta e o governo brasileiro em 2025 são representativas de um dilema global: como equilibrar liberdade de expressão, regulação e direitos humanos em um mundo cada vez mais digitalizado.

Este briefing detalha as controvérsias entre a Meta e o governo brasileiro, a partir das ações e discursos promovidos em janeiro de 2025. Os eventos incluem declarações públicas, alterações nas políticas de moderação de conteúdo e reações institucionais que

culminaram em um debate amplo sobre soberania digital, desinformação e regulação de plataformas digitais.

7 de Janeiro de 2025: Anúncio Inicial da Meta

A Meta anunciou cinco mudanças significativas em suas políticas de moderação. Entre elas, destacaram-se o fim do programa de checagem de fatos, que verificava a veracidade de informações nas plataformas, e a remoção de restrições sobre temas sensíveis, como migração e gênero. Essas medidas foram acompanhadas pela promoção de “conteúdo cívico”, que inclui informações com teor político-ideológico.

Essas mudanças levantaram preocupações globais sobre a falta de responsabilidade das plataformas digitais em relação à moderação de conteúdos prejudiciais, incentivando debates internacionais sobre soberania digital e ações regulatórias.

O governo brasileiro reagiu no mesmo dia.

João Brant, secretário de Políticas Digitais do Brasil, [condenou publicamente](#) a postura da Meta, destacando que a empresa desrespeitava a soberania nacional ao desafiar as leis e regulações locais.

O discurso de Brant trouxe à tona preocupações sobre como as novas políticas da Meta poderiam impactar os direitos fundamentais, especialmente de grupos vulneráveis, e questionou o papel das plataformas no reforço de democracias ou na sua desestabilização.

8 de Janeiro de 2025: Escalada das tensões

Um dia depois do anúncio das mudanças na Meta anunciar, as primeiras mudanças na sua política de moderação de conteúdos começaram a ser implementadas. O texto atualizado no site da empresa para língua inglesa cita uma série de comportamentos de usuários que passarão a ser permitidos, incluindo insultos de caráter homofóbico, transfóbico, xenófobo ou mesmo misógino, considerando o contexto de fim de relacionamentos.

De acordo com essas novas regras, caso um usuário da Meta se sinta ofendido por uma publicação pejorativa contra pessoas LGBTQIA+ ou migrantes, por exemplo, ele precisará acionar os tribunais para remover o conteúdo, uma vez que o sistema de denúncia através das próprias ferramentas da plataforma e suas políticas de moderação serão tolerantes a esse tipo de conteúdo.

No Brasil, atualmente, as redes sociais só podem ser responsabilizadas pelo conteúdo de publicações caso desrespeitem ordem judicial, determina o artigo 19 do Marco Civil da Internet. Sendo o usuário o principal responsável por violações aos direitos humanos ou discurso de ódio. Hoje, as plataformas respondem apenas pela circulação de imagens de

nudez e violação de direitos autorais dada a facilidade tecnológica para a automatização do controle desse tipo de conteúdo. Além disso, as empresas têm liberdade para definir as normas da comunidade/termos de uso.

Instituições do Brasil também aceleraram as críticas.

O Ministério Público Federal (MPF) oficiou a empresa sobre as mudanças e deu 30 dias úteis para o escritório da plataforma no Brasil se manifestar. Entre os questionamentos do MPF, está a dúvida sobre a aplicação no Brasil das mudanças anunciadas por Mark Zuckerberg. Além disso, questionou quando as mudanças entrariam em vigor no país e pede mais detalhes sobre as novas regras, “para avaliar em que medida elas podem, eventualmente, impactar direitos dos usuários destas plataformas que vivem em nosso país”. O inquérito apura as medidas que as redes sociais adotam para detectar e combater ações como a produção de conteúdos falsos, o disparo de mensagens em massa e o uso de robôs e perfis fictícios.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, afirmou que as redes sociais devem operar sob o império da lei e alertou contra o uso das plataformas para disseminar discursos de ódio e antidemocráticos. Moraes declarou que a corte “não vai permitir que as Big Techs, as redes sociais, continuem sendo instrumentalizadas, dolosa ou culposamente, ou ainda somente visando lucro, instrumentalizadas para ampliar discursos de ódio, nazismo, fascismo, misoginia, homofobia e discursos antidemocráticos”.

O também ministro do STF Gilmar Mendes defendeu o que chamou de “constitucionalismo digital”, princípio legal que “consagra a proteção dos direitos fundamentais na esfera digital e impõe às redes sociais um dever de cuidado quanto à disseminação de conteúdos ilícitos.” Para ele, “essa trajetória normativa jamais poderá ser confundida com censura. Não é censura.”

Além disso, o publicitário Sidônio Palmeira, que se tornaria ainda em janeiro ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), criticou publicamente as mudanças na Meta. "Isso é ruim pra democracia. Por quê? Porque você não faz o controle da proliferação do ódio, da desinformação, da fake news. Esse que é o problema. E a gente precisa ter um controle. É preciso ter uma regulamentação das redes sociais. Isso tem que estar acontecendo na Europa, nos países daqui. Por que que nos Estados Unidos, muitas vezes, botam pra fora lá o TikTok e não querem? Por que que a China barra isso? E por que que a gente fica exposto a tudo isso? Essa é a pergunta". "A decisão da meta é uma decisão de uma empresa. O governo brasileiro e a justiça brasileira podem adotar outros critérios. Claro, claro. A gente tem um país autônomo, independente, que vai tomar as medidas necessárias", afirmou.

Organizações da sociedade civil também começaram a responder ao anúncio da Meta.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais protocolou uma reclamação formal no Ministério Público Federal, denunciando as novas diretrizes da Meta que permitiam insultos relacionados à sexualidade e gênero.

A Coalizão Direitos na Rede emitiu um manifesto assinado por 75 entidades, condenando as políticas da Meta como uma afronta à segurança digital e aos direitos humanos.

9 de Janeiro de 2025: Mudanças em português e reação do governo

A Meta atualizou para a língua portuguesa as novas regras para eventuais exclusões de postagens, no item Padrões da comunidade/Conduta de Ódio. Um texto com as normas, divulgado no último dia 7 em inglês, trouxe a permissão de publicações preconceituosas. A empresa informou, por exemplo, que permite “alegações de doença mental ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual, considerando discursos políticos e religiosos sobre transgênerismo e homossexualidade, bem como o uso comum e não literal de termos como esquisito”.

A empresa defende que reconhece que as pessoas podem compartilhar conteúdos que incluem calúnias ou discurso de outra pessoa para condenar o discurso ou denunciá-lo. “Em outros casos, discursos, incluindo calúnias que poderiam violar nossos padrões são usados de forma auto referencial ou empoderadora. Permitimos esse tipo de discurso quando a intenção da pessoa está claramente definida” especificou, explicando, a seguir, que, se a intenção não estiver clara, poderá remover o conteúdo.

Neste contexto, as redes sociais da Meta (Facebook, Instagram e Threads) começaram a mostrar na linha do tempo de publicações conteúdos políticos de perfis não seguidos pelo usuário.

O governo passou a fazer declarações e posicionamentos mais duros contra as medidas.

O presidente Lula [reforçou a importância da soberania nacional](#), declarando que nenhuma empresa ou indivíduo deveria ter poder para desrespeitar a legislação brasileira. Ele disse que faria uma reunião para discutir as novas regras da Meta.

"O que nós queremos, na verdade, é que cada país tenha sua soberania resguardada. Não pode um cidadão, não pode dois cidadãos, não pode três cidadãos acharem que podem ferir a soberania de uma nação", afirmou Lula. "Eu acho que é extremamente grave as pessoas quererem que a comunicação digital não tenha mesma responsabilidade de um cara que cometa um crime na imprensa escrita. É como se um cidadão pudesse ser punido porque ele faz uma coisa na vida real e pudesse não ser punido porque ele faz a mesma coisa na digital", comentou Lula sobre o impacto das mudanças.

O vice-presidente Geraldo Alckmin também se posicionou sobre o caso e defendeu a necessidade de responsabilizar as Big Techs, alegando que a regulamentação das plataformas é fundamental. "Não é possível você ter uma plataforma de presença global, sem responsabilidade, sem responsabilização. Não pode desinformar as pessoas, não pode caluniar, mentir, difamar, precisa ter responsabilidade. O convívio em sociedade, ele tem direitos e tem deveres", afirmou.

Já a Advocacia-Geral da União (AGU) informou que o Brasil não é “terra sem lei” e que iria agir contra as mudanças na política de moderação de conteúdo das redes sociais da Meta a partir do momento que elas afetem a democracia ou violem as leis brasileiras.

A manifestação do ministro da AGU, Jorge Messias, destacou que a decisão da Meta vai aumentar a desinformação nas redes sociais que, segundo ele, já enfrentam problemas com fake news e discursos de ódio.

“Nosso país não é terra sem lei. Não vamos ficar de braços cruzados em relação a ataques à democracia e às garantias previstas na nossa legislação. Não é possível entender que liberdade de expressão é passe livre para disseminação, no ambiente virtual, de informações deliberadamente falsas que, na prática, são as que impedem as pessoas de exercer livremente seus direitos fundamentais”, disse

Paralelamente, a AGU enviou ao Facebook uma notificação extrajudicial para que a plataforma remova, em 24 horas, um vídeo adulterado com uso de inteligência artificial (IA) mostrando declarações falsas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A AGU argumenta que a postagem manipulada contém informações fraudulentas e atribui ao ministro declarações inexistentes “sobre a criação de um imposto incidente sobre animais de estimação e pré-natal”, diz a notificação.

10 de Janeiro de 2025 - Discussões políticas

O presidente Lula e diferentes integrantes do primeiro escalão do governo federal se reuniram para discutir os impactos da decisão da Meta. Após o encontro, a AGU anunciou uma notificação extrajudicial com pedido de informações para a empresa no Brasil. “Em razão da ausência de transparência dessa empresa, nós apresentaremos uma notificação extrajudicial, e a empresa terá 72 horas para informar o governo brasileiro qual é de fato a sua política para o Brasil”, disse.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que o governo vê o anúncio da Meta com muita preocupação. “Isso impacta de forma muito grande a sociedade brasileira. Impacta as crianças, a segurança pública, o respeito à vida humana”, afirmou. Segundo ele, o governo continuaria discutindo um novo arcabouço legal para regulamentação das redes sociais em um grupo de trabalho a ser criado.

“Buscaremos interlocução com as entidades que representam os meios de comunicação em geral, inclusive a imprensa brasileira, buscando manter o princípio fundamental da democracia, que é a total liberdade de expressão. Não se pode ter diferenciação de tratamento entre uma TV que opera no Brasil, sujeita a um conjunto de regulamentos, e alguém que tem o alcance gigantesco [das redes sociais]”, argumentou.

Além das discussões internas, o governo do Brasil divulgou um [posicionamento conjunto](#) com o governo da França compartilhando posicionamentos similares na preocupação com o

risco que a disseminação de notícias falsas, por meio de redes sociais, pode representar para a soberania dos países.

“Ambos consideraram positivo que Brasil e Europa sigam trabalhando juntos para impedir que a disseminação de fake news coloque em risco a soberania dos países, a democracia e os direitos fundamentais de seus cidadãos”, informou o Planalto.

Além do governo, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) divulgou uma nota manifestando repúdio às alterações nas regras das redes sociais Facebook e Instagram. Criada em 1991, a FNDC congrega entidades da sociedade civil brasileira engajadas na discussão da democratização da comunicação. De acordo com a nota divulgada, as medidas adotadas pela Meta representam um ataque direto à proteção de direitos individuais e coletivos no ambiente digital, ao promover a desinformação e ampliar a margem para discursos de ódio.

Um dia após notificação da AGU, a Meta removeu das plataformas um vídeo adulterado com o uso de IA em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aparece fazendo declarações inexistentes.

13 de Janeiro de 2025: Posicionamento da Meta

A Meta [respondeu à notificação da AGU informando que as alterações no programa de checagem de fatos estavam limitadas aos EUA](#). No entanto, confirmou que novas diretrizes sobre discursos preconceituosos já estavam vigentes no Brasil.

A resposta adotou um tom mais brando que o utilizado por seu CEO para falar das mudanças de sua política de moderação. A Big Tech não usa o termo "censura" e diz, entre outras afirmações, que está "comprometida em respeitar os direitos humanos" e que parte das mudanças tem o objetivo de diminuir o que classifica como exageros na aplicação das regras, além de reduzir erros.

Já em relação a outras mudanças, como as novas regras sobre discurso de ódio e o menor uso de sistemas automatizados de moderação de conteúdo, a empresa não faz qualquer ressalva de que a aplicação seria restrita aos EUA, indicando que elas valem também para o Brasil.

Essa resposta gerou reações adicionais do governo e da sociedade civil, que consideraram as políticas incompatíveis com os preceitos constitucionais brasileiros.

Ministérios do governo Lula anunciaram que se reuniriam para analisar os esclarecimentos prestados. Entre eles estão as pastas da Justiça e Segurança Pública; Direitos Humanos e Cidadania; e ainda a Secom.

Após o recebimento da resposta, a AGU afirmou em nota que realizará uma audiência pública para debater o tema. O órgão disse ainda que as informações prestadas agora

contrariam afirmações recentes realizadas pela empresa no curso das ações sobre o Marco Civil da Internet no STF.

Em nota, a AGU informou que convocou uma reunião técnica sob a coordenação da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia, vinculada à AGU, para discutir as ações e medidas em relação às alterações anunciadas pela Big Tech. “Somente após essa análise, a AGU, em conjunto com os demais órgãos, se pronunciará sobre os próximos passos em relação ao assunto e tornará público o teor da manifestação”, informou a AGU.

Documento da Coalizão Direitos na Rede – que reúne mais de 50 entidades ligadas ao tema – afirmou que a Meta ataca os esforços democráticos de nações em proteger as populações contra os danos provocados pelas big techs. “Com isso, prioriza, mais uma vez, os interesses estadunidenses e os lucros de sua corporação em detrimento da construção de ambientes digitais que prezam pela segurança de seus consumidores”, diz o documento.

24 de janeiro de 2025 - Nova regulação em debate

Um novo projeto para regular plataformas digitais e definir a responsabilidade das empresas sobre o conteúdo publicado nas redes elaborado pelo Ministério da Justiça foi apresentado a um grupo de trabalho formado pela Casa Civil, AGU, CGU, Ministério da Fazenda e Secom. A proposta estabelece critérios para a remoção de postagens que violam leis já existentes e para o combate a discursos de ódio e desinformação em massa.

A fim de restringir a moderação a crimes já previstos na legislação brasileira e tentar reduzir a resistência a regulação, o projeto estipula que o controle seja feito pelas próprias plataformas no caso de conteúdo ilícito. Ele prevê que as plataformas estejam submetidas a um dever de precaução, semelhante ao modelo europeu do "dever de cuidado", com a atribuição de remover conteúdo considerado criminoso, sem necessidade de decisão judicial.

O texto abre caminho para que as plataformas sejam obrigadas a tomar medidas em relação a postagens que contenham "desinformação sobre políticas públicas".